

RACISMO POLÍTICO E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL: O CASO DE MARIELLE FRANCO COMO SÍMBOLO NACIONAL

Lourrayne Dias Pereira¹
Melissa Ribeiro Gaiovis²
Fernanda Severo dos Santos³

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre o racismo político como expressão do racismo estrutural no Brasil, tomando como ponto de inflexão o assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018. Mulher negra, periférica, lésbica, socióloga e defensora dos direitos humanos, Marielle simbolizava uma ruptura na lógica tradicional da política brasileira, historicamente marcada pela exclusão de corpos negros, femininos e dissidentes. A execução de Marielle, ainda sem solução, de fato, definitiva, evidencia a atuação da violência institucional como mecanismo de silenciamento de vozes negras que adentram o espaço público com projetos políticos emancipatórios. Trata-se de uma pesquisa por meio de revisão bibliográfica e análise documental cujo objetivo geral é refletir sobre o assassinato de Marielle Franco como expressão do racismo político e da violência institucional no Brasil, analisando seus impactos simbólicos, sociais e políticos no debate público e na resistência negra. O artigo explora os conceitos de racismo político e violência institucional, discutindo suas intersecções com gênero, classe e sexualidade. Em seguida, analisa a trajetória política de Marielle, o contexto de seu assassinato, os silêncios institucionais em torno do caso e os desdobramentos simbólicos e políticos de sua morte. Por fim, discute a construção de sua memória como símbolo nacional e internacional de resistência negra e feminista, refletindo sobre os impactos desse legado na mobilização política de mulheres negras e na luta por justiça e equidade no Brasil.

Palavras-chave: Racismo político; Violência institucional; Marielle Franco; Mulheres negras; Memória e resistência.

POLITICAL RACISM AND INSTITUTIONAL VIOLENCE: THE CASE OF MARIELLE FRANCO AS A NATIONAL SYMBOL

ABSTRACT

This article proposes a critical reflection on political racism as an expression of structural racism in Brazil, taking as a turning point the assassination of councilwoman Marielle Franco in 2018. A Black, peripheral, lesbian woman, sociologist, and human rights defender, Marielle symbolized a rupture in the traditional logic of Brazilian politics, historically marked by the exclusion of Black, female, and dissident bodies. Marielle's execution, still without a definitive resolution, reveals the operation of institutional violence as a mechanism for silencing Black voices that enter the public sphere with emancipatory political projects. This is a research study based on bibliographic review and document analysis, whose general objective is to reflect on the assassination of Marielle Franco as an expression of political racism and institutional violence in Brazil, analyzing its symbolic, social, and political

¹ Doutoranda em Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Integrante do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (NEBRACI/PPGTE) na UTFPR. Contato: lourrayne_ura@hotmail.com

² Mestranda em Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Integrante do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (NEBRACI/PPGTE) na UTFPR. Contato: melribeirogaiovis@gmail.com

³ Mestranda em Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Integrante do Núcleo de Estudos de Branquitude, Racialidade e Tecnologia Cida Bento (NEBRACI/PPGTE) na UTFPR. Contato: fernandaseverodsgn@gmail.com

impacts on public debate and Black resistance. The article explores the concepts of political racism and institutional violence, discussing their intersections with gender, class, and sexuality. It then analyzes Marielle's political trajectory, the context of her assassination, the institutional silences surrounding the case, and the symbolic and political consequences of her death. Finally, it discusses the construction of her memory as a national and international symbol of Black and feminist resistance, reflecting on the impacts of this legacy on the political mobilization of Black women and on the struggle for justice and equity in Brazil.

Keywords: Political racism; Institutional violence; Marielle Franco; Black women; Memory and resistance.

Introdução

O racismo no Brasil não rompe com a lógica democrática, mas opera como um mecanismo intrínseco à sua estrutura histórica e social. Fundamentado historicamente em um projeto de exclusão, o Estado brasileiro foi fundado sobre a negação da cidadania plena às populações negras e indígenas, mesmo após a aplicação da lei criada para a extinção da escravização em 1888. Historicamente, a construção das instituições políticas brasileiras foi marcada pela exclusão das populações negras e indígenas, mesmo após a aplicação da lei criada para a extinção da escravização. A política nacional seguiu (e ainda segue) sendo um território hegemonicamente branco, masculino e elitizado, onde corpos negros, especialmente os femininos, são entendidos como intrusos, desviantes ou perigosos.

Nesse contexto, o racismo político emerge como uma forma estrutural e sistêmica de impedir a participação efetiva de pessoas negras na política, restringindo não apenas o acesso, mas também a permanência e o reconhecimento de suas contribuições. Trata-se de um fenômeno que não apenas marginaliza pessoas negras da vida pública, mas muitas das vezes as impedem de disputar e exercer plenamente o poder político. O racismo político, como define Almeida (2019), refere-se ao “conjunto de práticas institucionais, jurídicas, discursivas e simbólicas que excluem sistematicamente sujeitos negros do processo de tomada de decisão política”. Não se trata apenas da sub-representação numérica nos espaços legislativos e executivos, mas de uma lógica de poder que deslegitima vozes negras, dificulta suas candidaturas, inviabiliza suas propostas e, nos casos mais extremos, as elimina física ou simbolicamente. Trata-se de uma violência de caráter estrutural, pois se apoia em instituições aparentemente neutras, mas historicamente racializadas, como o Judiciário, as forças de segurança, os partidos políticos e o sistema eleitoral.

Nesse contexto, o assassinato de Marielle Franco, em 14 de março de 2018, no centro do Rio de Janeiro, representa uma ruptura simbólica e política na história recente do Brasil. Marielle era mulher negra, oriunda da favela da Maré, socióloga, lésbica, militante dos direitos

humanos e vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Sua atuação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro estava marcada pelo enfrentamento à violência policial, pela denúncia do racismo institucional e pela defesa dos direitos das mulheres, da população LGBTQIA+ e das comunidades periféricas. Sua trajetória rompia com a norma racial, de classe e de gênero da política brasileira e, por isso mesmo, tornou-se alvo de tentativas sistemáticas de desqualificação — e, tragicamente, de eliminação.

A investigação do crime que colocou fim a vida de Marielle é marcada por obstáculos, lentidão, omissões e suspeitas de envolvimento de agentes estatais e milicianos, evidenciou a fragilidade da democracia brasileira diante da ascensão de sujeitos políticos negros e dissidentes além de revelar o funcionamento cotidiano do racismo político e da violência institucional, demonstrando que, para muitos corpos negros, a política ainda é um campo de risco, dor e resistência. A execução de Marielle não é um evento isolado ou desvinculado das estruturas de poder. Ao contrário, é expressão de um sistema que criminaliza e silencia corpos dissidentes, principalmente quando eles passam a ocupar lugares estratégicos de visibilidade, articulação e denúncia. Marielle não foi apenas uma parlamentar, mas uma mulher negra, periférica, lésbica, que ousou ocupar o espaço institucional sem renunciar à sua origem e nem às pautas que representava.

Justifica-se, portanto, a análise do racismo político por meio deste caso emblemático, uma vez que ele revela como o Estado brasileiro lida com figuras políticas negras que desafiam o status quo. O assassinato de Marielle Franco escancarou a vulnerabilidade das lideranças negras no espaço institucional e provocou mobilizações nacionais e internacionais em torno da violência política, principalmente de gênero e raça. Entender as dimensões desse crime como parte de uma engrenagem maior de exclusão e violência permite uma reflexão mais profunda sobre o alcance do racismo nas instituições brasileiras.

Deste modo, o objetivo deste artigo é refletir sobre o assassinato de Marielle Franco como expressão do racismo político e da violência institucional no Brasil, analisando seus impactos simbólicos, sociais e políticos no debate público e na resistência negra. Parte-se do entendimento de que esse episódio simboliza não apenas a eliminação física de uma liderança negra, mas a tentativa de suprimir um projeto político coletivo de transformação social. Trata-se de um estudo qualitativo com método de coleta e método de análise a revisão bibliográfica de autoras e autores do campo dos estudos críticos sobre raça, gênero e política, além de análise documental de materiais públicos sobre o caso, pronunciamentos, discursos parlamentares, relatórios de organizações de direitos humanos e matérias jornalísticas.

A estrutura do artigo está dividida em quatro seções principais. A primeira seção aborda os conceitos centrais de racismo político e violência institucional, explorando suas intersecções com classe, gênero e sexualidade. A segunda seção analisa o caso de Marielle Franco como expressão máxima dessas formas de violência. Em seguida, a terceira seção discute os impactos simbólicos e políticos do caso, e como ele ativou redes de resistência, mobilização e denúncia. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais, com uma reflexão sobre o papel das mulheres negras na reconstrução de uma política verdadeiramente democrática e antirracista.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade urgente de compreender como o racismo político e a violência institucional operam na contemporaneidade, especialmente no contexto democrático. Analisar o caso Marielle Franco não é apenas revisitar uma tragédia, mas refletir sobre o funcionamento de mecanismos que buscam silenciar corpos e projetos políticos dissidentes. Nesse sentido, a preservação da memória de Marielle e o reconhecimento de sua trajetória constituem atos de resistência e compromisso com a transformação social. O presente artigo busca, assim, refletir sobre o assassinato de Marielle Franco como expressão das dinâmicas de exclusão racial na política, além de discutir os desdobramentos simbólicos e políticos de sua trajetória e de sua morte.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, crítica e interdisciplinar, com base na revisão bibliográfica e na análise documental, visando compreender como o racismo político e a violência institucional se materializam no caso do assassinato de Marielle Franco. Trata-se de uma análise que parte da epistemologia situada (HARAWAY, 1988, p. 575), reconhecendo que todo conhecimento é produzido a partir de localizações sociais específicas e que este trabalho está comprometido ética e politicamente com a luta antirracista, feminista e pela radicalização democrática. A opção por uma abordagem qualitativa justifica-se pela natureza complexa e estrutural dos fenômenos investigados, que exigem interpretações sensíveis à historicidade, aos símbolos e às experiências vividas pelas populações subalternizadas. Segundo Minayo (2001, p. 17), a pesquisa qualitativa é apropriada para “captar o mundo dos significados das ações humanas e suas relações sociais”, sendo, portanto, adequada para estudos que abordam desigualdades raciais e violência política.

A orientação crítica desta pesquisa fundamenta-se na tradição da teoria social crítica, dialogando com autores que questionam os modos de reprodução das desigualdades no interior

das instituições. Inspiramo-nos especialmente nos aportes das epistemologias negras e do feminismo negro, que colocam no centro da análise as experiências históricas das populações racializadas, em especial das mulheres negras. Collins (2016, p. 30) afirma que “a produção de conhecimento negro é inseparável do compromisso com a transformação social”, reforçando o caráter político e engajado deste trabalho.

O objetivo geral deste trabalho é refletir criticamente sobre o assassinato de Marielle Franco como expressão do racismo político e da violência institucional no Brasil, analisando seus impactos simbólicos, sociais e políticos no debate público e na resistência negra, seguindo dos objetivos específicos:

- Conceituar racismo político e violência institucional, destacando suas interseções com gênero, classe e sexualidade.
- Contextualizar a trajetória política de Marielle Franco enquanto liderança negra e periférica e analisar seu assassinato como mecanismo de silenciamento e repressão de projetos políticos antirracistas e populares.
- Investigar os desdobramentos simbólicos e políticos da morte de Marielle na construção de novas formas de resistência e memória coletiva.
- Refletir sobre a importância da preservação da memória de lideranças negras na construção de uma democracia mais plural e antirracista.

A revisão bibliográfica contempla autores que discutem o racismo estrutural como elemento constitutivo da sociedade brasileira, como Almeida (2019, p. 47), que define o racismo como uma “forma sistemática de discriminação que estrutura as instituições, as práticas sociais e as subjetividades”. A noção de racismo político é abordada a partir dos escritos de Carneiro (2003, p. 101), que denuncia o “pacto narcísico da branquitude” na manutenção do poder e no silenciamento das vozes negras. A interseccionalidade, conceito central para esta análise, é utilizada como ferramenta analítica e metodológica, conforme proposto por Crenshaw (2002, p. 149) e Akotirene (2018, p. 62), permitindo compreender a articulação entre raça, gênero, classe e sexualidade na marginalização de mulheres negras no campo político. Além da bibliografia, o estudo baseia-se na análise documental de fontes primárias e secundárias. Foram selecionados documentos públicos de relevância para a compreensão do caso, com base nos critérios de autenticidade, pluralidade de perspectivas e rigor analítico.

A análise do material documental é conduzida à luz da crítica ao silenciamento institucional e à seletividade penal, entendida aqui como manifestação da violência institucional. Essa leitura apoia-se em autores como Ribeiro (2021, p. 26; RIBEIRO, 2017), que aponta que a violência estatal se manifesta tanto por ação quanto por omissão, sobretudo contra corpos racializados e dissidentes. Segundo Berti (2020, p. 45), a violência política de gênero e raça constitui um mecanismo estruturante da exclusão institucional, funcionando como “barreira simbólica e concreta à participação de mulheres negras na política institucionalizada”.

Ademais, utilizamos a interseccionalidade como dispositivo analítico, conforme proposto por Crenshaw (2002, p. 157), para evidenciar como as múltiplas formas de opressão se entrelaçam na experiência de Marielle Franco enquanto mulher negra, lésbica, periférica e parlamentar. A esse respeito, Gonzalez (2020, p. 82) afirma que “a exclusão da mulher negra é resultado de um processo histórico de construção de desigualdades que combinam raça, classe e gênero”. Por fim, este trabalho se insere numa perspectiva de pesquisa engajada, que não se pretende neutra ou isenta, mas comprometida com a justiça social. Como argumenta Haraway (1988, p. 581), “não existe perspectiva sem posição”; assim, reconhecemos que a escolha do tema, dos referenciais teóricos e dos métodos de análise reflete uma postura política, epistemológica e ética frente à realidade de desigualdades estruturais.

Racismo político e violência institucional

O racismo político configura-se como uma dimensão intrínseca do racismo estrutural, manifestando-se diretamente nas relações de poder e nas dinâmicas institucionais do Estado. Trata-se de uma forma de violência que impede ou inviabiliza a participação plena de pessoas negras, especialmente mulheres negras, nos espaços de decisão política, seja por meio de sua sub-representação, seja por meio de práticas de silenciamento, sabotagem ou eliminação simbólica e física.

Almeida (2019, p. 55) define o racismo estrutural como o conjunto de práticas, normas e instituições que reproduzem a desigualdade racial como uma engrenagem cotidiana do funcionamento social. O autor alerta que o racismo não é um desvio da democracia, mas sim uma de suas estruturas constitutivas: “não se trata apenas de atitudes individuais ou preconceitos, mas de uma lógica que estrutura o Estado, o mercado e a sociedade civil”. A política, nesse contexto, é um dos campos mais estratégicos e reveladores dessa engrenagem, pois é onde se define quem tem o poder de legislar, governar e distribuir direitos. Quando essa

lógica opera dentro das estruturas políticas, ela produz o que o autor denomina de racismo institucional e político, ou seja, uma forma de organizar a política de modo a excluir, subalternizar ou eliminar corpos racializados. Assim, o racismo político não é acidental, mas constitutivo da democracia brasileira. Essa exclusão ocorre tanto de forma quantitativa — pela sub-representação de pessoas negras nos espaços de decisão — quanto qualitativa, pela deslegitimação constante de suas vozes, saberes e propostas. De acordo com dados do TSE (2020), ainda que 56% da população brasileira se autodeclare negra (IBGE, 2022), essa proporção não se reflete nas esferas legislativas, onde menos de 25% dos eleitos se identificam como negros ou pardos. Tal descompasso revela o quanto a política institucional ainda opera sob uma lógica racializada de exclusão. Para Carneiro (2003, p. 102), esse fenômeno também é epistemológico: a presença negra é frequentemente desqualificada pelo que ela denomina de “epistemicídio”, ou seja, a destruição simbólica e o silenciamento dos saberes produzidos por sujeitos negros e negras. A autora afirma que “o racismo epistemológico estrutura o campo do saber e impede que a experiência negra seja reconhecida como produtora de conhecimento legítimo e relevante”. Tal deslegitimação atravessa também os corpos das mulheres negras na política, cujas narrativas são frequentemente tratadas como “grito” ou “vitimismo”, ao invés de denúncia qualificada.

O racismo político, portanto, expressa-se na exclusão sistemática das pessoas negras dos espaços de representação, mas também nas estratégias que visam invalidar sua presença quando conseguem adentrar tais espaços. Como observa Carneiro (2003, p. 103), esse processo é sustentado por um epistemicídio estrutural: “as vozes negras são constantemente desacreditadas, silenciadas ou apropriadas, e o saber produzido por pessoas negras é sistematicamente desqualificado nas instituições de poder, inclusive na política”. Assim, o Estado brasileiro mantém uma lógica de supremacia branca ao selecionar quais corpos e quais saberes podem ter legitimidade e influência nos processos decisórios. A compreensão do racismo político como dimensão estrutural exige, também, uma análise de como o Estado moderno brasileiro se constituiu sobre a exclusão sistemática da população negra dos processos de construção institucional e da cidadania. Conforme afirma Munanga (2004, p. 15), o Brasil é um país que aboliu a escravização sem jamais romper com a lógica escravocrata em suas estruturas sociais e institucionais. Tal continuidade histórica faz com que o racismo seja naturalizado nas práticas cotidianas e nas esferas formais de poder, inclusive nos processos eleitorais, legislativos e judiciais.

A marginalização das mulheres negras nesse campo é particularmente intensa. Como afirma Collins (2016, p. 32), os sistemas de opressão não operam de forma isolada, mas se sobrepõem em interseções de raça, gênero, classe e sexualidade. Essa interseccionalidade faz com que mulheres negras enfrentem obstáculos múltiplos e simultâneos: sua presença nos espaços institucionais desafia as normas patriarcais, racistas e elitistas que ainda regem a política brasileira. Ao contrário do que supõe o mito da democracia racial, essas mulheres não são apenas sub-representadas — elas são sistematicamente hostilizadas, desacreditadas e eliminadas de forma simbólica ou literal. Gonzalez (1984, p. 225) já alertava, de forma contundente, para os limites da integração simbólica da população negra na política institucional brasileira. Para ela, o racismo brasileiro opera de maneira “cordial”, mas cruel, e a “invisibilidade” das mulheres negras é, na verdade, uma forma eficaz de mantê-las fora dos centros de poder. Essa cordialidade racista está presente tanto nas estruturas partidárias quanto nas políticas públicas e nos discursos institucionais que omitem as especificidades da experiência negra, sobretudo a feminina. Nesse sentido, Akotirene (2018, p. 71) reforça que o conceito de interseccionalidade, formulado inicialmente por Crenshaw (2020), deve ser entendido não como uma soma de opressões, mas como um ponto de convergência em que se produzem formas específicas de violência. “mulheres negras não são vítimas de racismo ou de sexismo ou de pobreza — são atravessadas por todas essas formas de opressão ao mesmo tempo, e de forma qualitativamente distinta”.

A violência institucional, por sua vez, é uma categoria fundamental para compreender como o Estado atua para manter essas estruturas de exclusão. Conforme aponta Batista (2018, p. 115), trata-se de um conjunto de práticas sistemáticas de repressão, controle, negligência ou extermínio voltadas a grupos vulnerabilizados, especialmente jovens negros e pobres. No âmbito político, essa violência se manifesta por meio da sabotagem de candidaturas negras, da ausência de financiamento partidário, da hostilidade nas casas legislativas e, em casos extremos, da execução física de lideranças populares, como no caso de Marielle Franco. Segundo Caldeira (2000, p. 284), a violência institucionalizada no Brasil se manifesta na seletividade penal, na letalidade policial e na omissão do Estado diante das violações de direitos de populações vulnerabilizadas. No caso das lideranças políticas negras, essa violência adquire novas camadas: é simbólica, quando seus discursos são ignorados; é política, quando seus mandatos são sabotados; e é física, quando são alvo de ameaças ou assassinatos. Essas violências não se distribuem de maneira homogênea. A intersecção entre raça, gênero, classe e sexualidade contribui para produzir diferentes graus de vulnerabilidade. Collins (2016, p. 251) argumenta

que as opressões se entrelaçam em um “sistema de dominação interligado”, que atua simultaneamente em múltiplas frentes. No caso brasileiro, isso significa que mulheres negras, periféricas e LGBTQIA+ estão mais expostas à violência política e institucional do que outros grupos sociais. Gonzalez (1984, p. 225), ao denunciar o racismo “cordial” brasileiro, já alertava para o fato de que a exclusão das mulheres negras era mascarada por um discurso de igualdade formal. Para a autora, “a ideologia da democracia racial serve para encobrir a opressão real vivida pelas mulheres negras no cotidiano”. Essa falsa universalidade da cidadania impede o reconhecimento das especificidades da violência que recai sobre essas mulheres, especialmente quando adentram o espaço político.

É importante destacar que o assassinato de Marielle Franco não foi um episódio isolado, mas um exemplo extremo do funcionamento do racismo político e da violência institucional no Brasil. Como ressalta Borges (2020, p. 89), “Marielle foi eliminada porque representava um projeto político insurgente, que colocava em xeque o pacto racial, patriarcal e autoritário que sustenta a ordem política brasileira”. Sua atuação em defesa dos direitos humanos, das populações periféricas e LGBTQIA+, sua visibilidade como mulher negra e lésbica eleita vereadora, e sua denúncia da violência policial a tornaram alvo de um sistema que não tolera vozes dissidentes vindas das margens. Esse tipo de violência é, como analisa Diniz (2021, p. 48), “um lembrete brutal de que a democracia brasileira ainda opera por meio de pactos de exclusão e silenciamento de corpos indesejáveis”. Quando mulheres negras ascendem à política institucional e recusam os papéis subordinados historicamente atribuídos a elas, tornam-se símbolos de ruptura — e, por isso, alvos de retaliação.

Akotirene (2018, p. 71), ao desenvolver a interseccionalidade sob a perspectiva do feminismo negro brasileiro, afirma que a mulher negra vive a política em um “lugar de encruzilhada”, onde o racismo, o machismo e o classismo operam conjuntamente. Tal condição torna sua atuação política uma experiência de constante resistência e afirmação. Não por acaso, segundo dados da ONG Terra de Direitos (TERRA, 2021), 98% das vereadoras negras eleitas em 2020 sofreram algum tipo de violência política durante o mandato. Marielle Franco, enquanto mulher negra, lésbica, periférica e socióloga, representava esse ponto de inflexão. Sua atuação parlamentar, marcada pela denúncia da violência policial, pela defesa dos direitos humanos e pelo enfrentamento ao racismo institucional, desafiava as estruturas tradicionais da política carioca e nacional. Como Davis (2019, p. 43), “quando os que sempre foram silenciados começam a falar, o poder reage com brutalidade”. O assassinato de Marielle pode ser

compreendido como essa reação brutal, uma tentativa de silenciar não apenas sua trajetória individual, mas o projeto político coletivo que ela representava.

Por fim, compreender o racismo político a partir da interseção entre raça, gênero e classe exige, como propõe Hooks (1995, p. 201), uma “ética do olhar radical”, que desloque o foco das análises tradicionais e revele as estruturas que mantêm o poder concentrado nas mãos de poucos. Segundo Hooks, “a desobediência de mulheres negras que insistem em ocupar o espaço público com suas próprias vozes é um ato político revolucionário”. Assim, ao analisar o racismo político e a violência institucional que incidem sobre corpos negros e, sobretudo, sobre mulheres negras na política, é possível evidenciar que tais fenômenos não são aberrações do sistema democrático, mas engrenagens centrais de sua manutenção. A presença de figuras como Marielle Franco nesses espaços não apenas tensiona as estruturas vigentes, mas oferece pistas para a reconstrução de um projeto político radicalmente democrático, antirracista e feminista.

A vida de Marielle e os desdobramentos de seu silenciamento

Marielle Franco, nascida Marielle Francisco da Silva, foi uma das figuras políticas mais marcantes da história recente do Brasil. Uma mulher negra que, para além da atuação como ativista, vereadora, socióloga, periférica, defensora dos direitos humanos, acadêmica, era também mãe, esposa, irmã, integrante de uma família que a viu partir de maneira brutal em março de 2018. Segundo Lia de Mattos Rocha (2018), amiga de Marielle e que acompanhou sua trajetória por muitos anos antes de seu falecimento, o fato de Marielle ter nascido e sido criada na Favela da Maré, no Rio de Janeiro, fez com que a história do local se refletisse de alguma forma em sua história, sendo essa a história de uma mulher que fez de seu legado a luta e a resistência levantando pautas pouco levantadas através da história.

Seu engajamento com causas sociais começou no interior da Favela da Maré, através de seu envolvimento com o Pré-Vestibular Comunitário da Maré, onde trabalhou como secretária e foi o espaço que serviu de porta de entrada para seu ingresso na universidade, onde se formou em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e, posteriormente, realizou um mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). A militância dentro da comunidade também a levou a filiar-se no meio político-partidário, primeiro pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e posteriormente pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), partido base de sua candidatura que a levou a ser eleita vereadora do Rio de Janeiro em 2016 com 46502 votos nominais, segundo o TSE (2020), se

tornando a vereadora mais votada da cidade até então. Sua eleição se tornou um grande marco na política brasileira por trazer uma representatividade pouco vista até então em um campo dominado de forma predominante por homens brancos.

Ainda segundo Rocha (2019), a atuação de Marielle sempre se deu no campo dos Direitos Humanos, principalmente em prol dos moradores das áreas periféricas cariocas. Desde sua entrada na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa, ao lado de Marcelo Freixo no seu mandato como deputado estadual no do Rio de Janeiro, Marielle atuou no acompanhamento de casos de execuções policiais, chacinas e policiais mortos em serviço, a fim de prestar apoio jurídico e psicológico para familiares das vítimas e aumentar a pressão no andamento das investigações desses casos. Após eleita, Marielle ainda presidiu a Comissão de Defesa das Mulheres da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o relatório com o trabalho de Marielle à frente desta comissão tinha data marcada para divulgação em abril do ano do crime, data alterada para marcar o terceiro mês após sua morte (FERREIRA, 2018).

Em 14 de março de 2018, após a saída de um evento, Marielle Franco foi executada em um ataque a tiros dentro do carro em que estava, ataque este que também vitimou o motorista do veículo Anderson Pedro Gomes e teve sua terceira ocupante, a assessora Fernanda Chaves, como única sobrevivente. A execução aconteceu dias depois de Marielle realizar uma série de denúncias sobre a situação de violência e truculência policial na cidade do Rio de Janeiro em suas redes sociais, segundo matéria dos portais de notícias G1 (GONÇALVES et al., 2018). O crime repercutiu fortemente na imprensa nacional e internacional, principalmente questionando quem estaria envolvido e a motivação do crime, uma vez que logo de início a hipótese da execução foi levantada, mas a sociedade ainda demoraria alguns anos para entender parte do que de fato aconteceu neste dia e as motivações para o crime que ainda não tem respostas completamente elucidadas.

O assassinato da vereadora se deu em um ano em que a polarização tomava conta do debate político dentro e fora das redes sociais e este fenômeno se refletiu de forma direta no caso Marielle. Se, por um lado o caso movimentou o levante de diversas manifestações populares nas ruas e inúmeras intervenções artísticas com o rosto e o nome de Marielle estampados, por outro levantou-se também uma série de ataques advindos de outros campos políticos, principalmente o conhecido como “extrema-direita”. Em análise feita na primeira notícia sobre o caso notícia no portal G1, citada anteriormente, Biar e Paschoal (2020) revisitam uma série de comentários realizados no compartilhamento da notícia na rede social Facebook,

onde foram realizados múltiplos comentários atacando a figura de Marielle e sua atuação, em sua maioria ligados ao campo dos Direitos Humanos. Os comentários falavam sobre Marielle defender vagabundos, que defendia o direito dos “manos”, questionando o fato de Marielle ter sido foco de uma notícia e policiais assassinados não terem seus nomes divulgados, marcações de outras figuras políticas consideradas esquerda e campanhas para a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência ganharam relevância na postagem da rede (BIAR; PASCHOAL, 2020)

Houve também ataques espalhados em postagens no Facebook e em outras redes como o Twitter, (atual X), Instagram, além de blogs e sites do espectro político contrário à Marielle, principalmente em forma de fake news. O estudo realizado por Freitas (2020) mostra alguns exemplos das notícias falsas que foram criadas como forma de silenciamento e descredibilização de Marielle após sua morte, como um possível envolvimento com “bandidos”, endossado por grandes páginas da direita como o Movimento Brasil Livre (MBL), políticos eleitos e jornalistas. Esses ataques foram investigados por organizações de checagem de fatos, que refutaram as informações falsas e denunciaram campanhas de desinformação, algumas delas também constam no site do Instituto Marielle Franco.

O crime só começaria a se desenrolar publicamente no ano de 2019 com a prisão dos executores do crime Ronnie Lessa e Elcio Vieira de Queiroz, o atirador e o motorista do carro utilizado no crime, respectivamente. Na data da prisão, dia 12 de março de 2019, às vésperas de o crime completar um ano, Ronnie se enquadrava como policial militar reformado e Elcio era um ex-PM expulso da corporação (RONIIE, 2024). Veio a público que o crime havia sido planejado por três meses até a data do acontecimento, tempo em que Ronnie Lessa estava monitorando os passos de Marielle. Os executores foram descobertos por meio de vestígios deixados em dados de nuvem e cruzamento de dados de redes de celular, além da desconfiança sobre o atentado sofrido pelo mesmo no 27 de abril de 2018, uma possível tentativa de queima de arquivo. Após a prisão de ambos, a dúvida levantada desde a morte de Marielle ainda continuava: quem mandou matar Marielle?

Até o início do ano de 2024, o andamento das investigações esteve na mídia diversas vezes nos veículos de notícia por diferentes razões, o caso foi permeado por avanços e retrocessos envolvendo ocultação e destruição de provas, obstrução de justiça, falsas denúncias, troca de investigadores e promotores, saída de promotores, assassinato de investigados no caso e interferência política (CASO, 2024). A investigação do crime expôs diversos problemas no campo institucional, cujas reações geradas foram marcadas por lentidão e silêncio. No plano

internacional, o caso foi denunciado na Organização das Nações Unidas e cobrado por instituições, que exigiram justiça e proteção para defensores de direitos humanos no Brasil.

Em março de 2024, dias após o marco de seis anos do crime, os suspeitos de serem os mandantes do crime foram presos, sendo eles Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Chiquinho Brazão, deputado federal do Rio de Janeiro e Rivaldo Barbosa, que é ex-chefe de Polícia Civil do Rio e empossado para o cargo no dia anterior a execução de Marielle. A participação de Rivaldo, acusado de atrapalhar as investigações, gerou grande surpresa comoção da família das vítimas por dar diversas declarações sobre o caso enquanto estava no caso e ser um conhecido de Marielle, Chiquinho nunca havia sido citado até então no processo, ao contrário de seu irmão Domingos (NASCIMENTO, 2024). Em outubro do mesmo ano, o julgamento dos executores foi realizado, Ronnie Lessa foi condenado a 78 anos e 9 meses de prisão e Élcio foi condenado a 59 anos e 8 meses de prisão, pelos crimes de “duplo homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, emboscada e recurso que dificultou a defesa da vítima), tentativa de homicídio contra Fernanda Chaves — assessora de Marielle — e receptação do veículo usado no crime” (ABDALA; CARDOSO, 2024; FREIRE et al., 2024).

Ao fechamento deste artigo, Domingos, Rivaldo e Chiquinho aguardam julgamento. Os dois primeiros seguem presos preventivamente. Chiquinho está em prisão domiciliar concedida por questões de saúde em abril de 2025. Neste mesmo mês, Chiquinho teve seu mandato cassado, mas ao contrário do esperado, a cassação veio pela Mesa Diretora da Câmara por faltas em excesso, tipo de cassação que não o retira seus direitos políticos e foi denunciado pelo Instituto Marielle como uma espécie de manobra realizada pela câmara, causando indignação (CLIVERY; LIMA; BARBIÉRI, 2025; CARRANO, 2024).

Ainda que existam obstáculos, o legado de Marielle Franco continua vivo e ressoa em várias ações. Nesse contexto, o Instituto Marielle Franco, estabelecido por familiares e aliados, pretende manter viva a sua memória e impulsionar políticas públicas direcionadas a mulheres negras, indivíduos LGBTQIA+ e habitantes de favelas. Além disso, foram nomeados em sua honra projetos de lei, escolas públicas, ruas e centros culturais em diversas partes do Brasil, destacando a importância de sua batalha na política atual.

A construção da memória e da imagem de Marielle: de pessoa a símbolo

A transformação de Marielle Franco, de liderança política a símbolo nacional e internacional da luta contra o racismo, o sexismo e a violência de Estado, insere-se em um

processo histórico mais amplo de resistência negra e feminista no Brasil. Como aponta Lélia Gonzalez (1984), a identidade da mulher negra é forjada sob a intersecção de uma dupla opressão — racial e de gênero — que as coloca em condição de subalternidade, mas também as posiciona como protagonistas de processos de resignificação. Marielle, como outras mulheres negras antes dela, ultrapassou os limites de sua individualidade e se converteu em ícone coletivo, cuja trajetória e morte brutal foram politicamente apropriadas como denúncia do genocídio negro e como semente de mobilização popular.

Gonzalez (1984) sustenta que a cultura brasileira opera com um racismo velado e um sexismo estrutural que inferiorizam e invisibilizam as mulheres negras, relegando-as a estereótipos ou ao completo apagamento. Contudo, é precisamente essa marginalização que faz com que figuras como Marielle, ao romperem com o silêncio imposto, ganhem dimensão simbólica. Sua imagem pública — mulher negra, favelada, socióloga, vereadora e defensora dos direitos humanos — foi resignificada após seu assassinato, tornando-se emblema da resistência contra as estruturas que ela própria combatia. Sua memória, portanto, não é apenas lembrança: é ato político, um gesto de enfrentamento ao apagamento histórico da população negra e de reivindicação do direito de ser sujeito da história (GONZALEZ, 1984, p. 230–241).

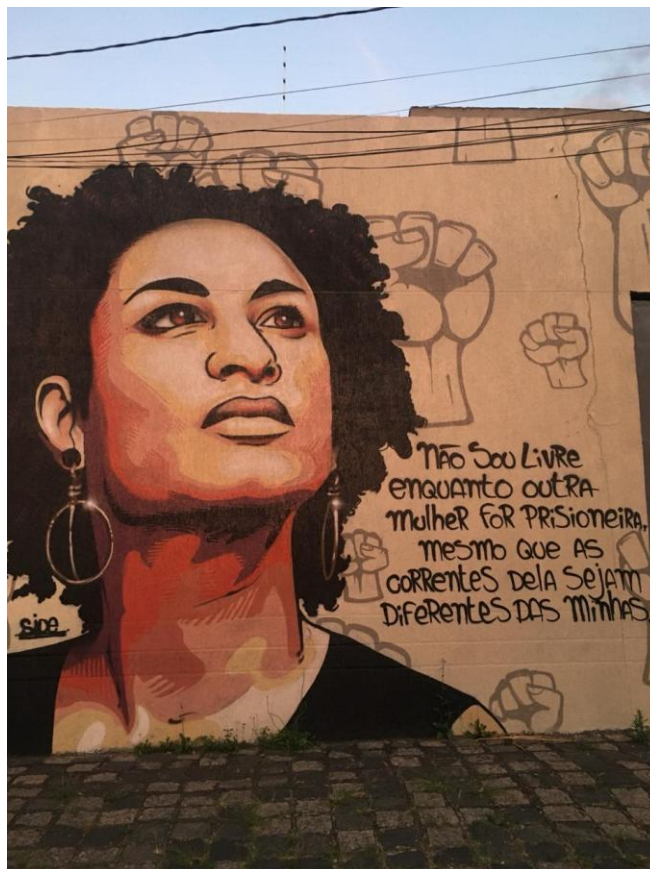
A construção de Marielle como símbolo inscreve-se na linhagem de mulheres negras cujas vidas e mortes foram mobilizadas politicamente após sua partida, como Carolina Maria de Jesus e Dandara dos Palmares. Em vida, Marielle enfrentou o racismo institucional e o machismo que estruturam a política brasileira. Após sua execução, sua imagem foi amplificada como síntese das violências vividas por mulheres negras e periféricas no Brasil — especialmente no Paraná, onde a população negra, embora numerosa, segue sub-representada e alvo de políticas de extermínio. Marielle converteu-se, assim, em um símbolo vivo, cuja memória é disputada não apenas para lembrar, mas para agir.

Se Lélia Gonzalez nos oferece as bases para compreender a condição estrutural que transforma mulheres negras em símbolos políticos, Bell Hooks (1989), em *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*, fornece as ferramentas para analisar o processo narrativo dessa transformação. Para Hooks, a construção de ícones negros não é espontânea, mas produto de uma disputa narrativa: trata-se de um ato consciente de “erguer a voz” contra a opressão que silencia. Marielle, ao ocupar espaços de poder como mulher negra, favelada e LGBTQIA+, já realizava esse gesto em vida, desafiando os lugares reservados a ela pelo racismo e pelo patriarcado. Sua morte, no entanto, intensificou um movimento dialético: o mesmo sistema que tentou calá-la a transformou em voz coletiva.

Hooks (1989, p. 36) observa que a representação política das mulheres negras constitui sempre um ato de transgressão, pois rompe com a lógica que as reduz à invisibilidade ou à hipervisibilidade criminalizante. Ao ser eleita vereadora no Rio de Janeiro — cidade marcada pela militarização das favelas —, Marielle incorporou essa transgressão. Sua imagem pública, construída com intencionalidade política (do turbante aos discursos no plenário), não era performance, mas corpo político — uma presença que denunciava a violência de Estado ao mesmo tempo em que afirmava novas formas de existência para mulheres negras.

No caso de Marielle, porém, observou-se o movimento de que sua memória foi radicalizada pelas bases. Grafites com os dizeres “Marielle presente!”, espalhados do Paraná a São Paulo, e homenagens internacionais — como o prêmio da ONU em sua memória — revelam como sua imagem foi ressignificada como ferramenta de mobilização, não como monumento estático. Como ilustra o graffiti em Curitiba (FIGURA 1), Marielle tornou-se elemento visual e discursivo de resistência cotidiana.

FIGURA 1 - GRAFITTI MARIELLE FRANCO, CURITIBA



FONTE: Acervo de imagens pessoais (2021).

A invocação de seu nome em protestos, candidaturas negras e discursos políticos transcende a lembrança simbólica. Cada menção configura-se como ato de resistência que reitera sua recusa ao silêncio. Essa repetição performativa de seu nome mantém seu legado pulsante, reatualizando sua luta por justiça social e igualdade. A presença contínua de Marielle como inspiração alimenta a formação de sujeitos políticos que se levantam contra o status quo. Assim, a cada evocação, seu espírito de combate é reavivado, reafirmando o compromisso com a construção de um mundo antirracista, anticapitalista e antipatriarcal.

No Paraná, onde 34,2% da população se autodeclara negra (soma de pardos e pretos segundo o Censo 2022), observa-se forte discrepância entre presença populacional e representação política, além de altos índices de violência letal contra pessoas negras. Dados do Ministério Público do Paraná (MPPR, 2024) indicam que 79,7% dos crimes letais no estado vitimam pessoas negras. Tal contexto confere à ressignificação de Marielle um sentido de urgência. Como relatam lideranças negras como Carol Dartora (deputada federal), Renato Freitas (deputado estadual), Giorgia Prates (vereadora) e coletivos como Minervino Curitiba, a naturalização da morte de corpos negros não comove a sociedade majoritária — um reflexo cruel do racismo estrutural.

Expressões como “Marielle Vive!” ou “Marielle perguntou, e eu também vou perguntar: quantos mais têm que morrer para essa guerra acabar?” aparecem em atos públicos e nas ações do Coletivo Luiza Mahin (Londrina/PR), que associa sua memória às lutas por políticas de equidade. Essa apropriação local confirma a tese de Hooks: ícones negros permanecem vivos apenas quando são utilizados como ferramentas de luta, e não como figuras passivas de adoração. A eleição de Carol Dartora (PT), em 2022, como a primeira deputada federal negra do Paraná, é um exemplo expressivo. Em seu discurso de posse, afirmou:

Eu sou Bancada Marielle, porque nós somos legados. Vamos seguir defendendo a memória e legado de Marielle e fazendo política para um projeto de país antirracista, feminista, LGBTQIAP+, popular e democrático, no qual as mulheres negras, cis e trans, continuem sendo o motor da transformação social que queremos (DARTORA, 2025).

Essa reatualização do legado de Marielle, no entanto, não ocorre sem resistência. Ao mesmo tempo em que movimentos negros a erguem como farol, setores conservadores atuam para apagar seu nome da memória institucional. Tal disputa demonstra o quanto seu símbolo permanece politicamente ativo: Marielle é presença — sua voz ecoa das favelas cariocas às periferias de Paranaguá e Cascavel, lembrando que o racismo precisa ser nomeado e combatido em todos os territórios.

Enquanto Gonzalez (1984) elucida que a construção simbólica de Marielle é efeito direto do racismo estrutural, Bell Hooks (1989) mostra como essa imagem é mobilizada nas lutas do presente. Marielle não é mitificada, mas convertida em instrumento de ação política. Sua imagem evoca a denúncia da violência de Estado e da marginalização, funcionando como chamado à transformação social.

A análise de Achille Mbembe (2018), em *Necropolítica*, oferece chave interpretativa fundamental para compreender o assassinato de Marielle como expressão da soberania que se exerce pela morte. No Brasil, a necropolítica se manifesta de forma sistemática no genocídio da população negra. Segundo Mbembe, a soberania contemporânea decide quem pode viver e quem deve morrer. A execução de Marielle Franco — mulher negra, periférica e crítica das milícias — é exemplo emblemático: ela foi convertida em “corpo necropolítico”, cuja eliminação visava enviar uma mensagem à coletividade. Como destaca o autor, “a violência estatal e paraestatal contra corpos negros não visa apenas eliminar indivíduos, mas enviar um aviso à coletividade” (MBEMBE, 2018).

No entanto, o efeito pretendido foi invertido. Em vez de apagamento, produziu-se potência. A morte de Marielle catalisou a multiplicação de sua presença simbólica, transformando-se em arma política nas mãos do movimento negro. “Se o poder necropolítico decide quem pode morrer, a resistência negra decide como os mortos vão viver”, afirma Mbembe. Marielle, nesse sentido, foi ressignificada: sua memória passou a ser ferramenta de luta, encarnando o princípio de que é possível subverter o sentido da morte imposta pelo Estado.

Para compreender em profundidade por que Marielle Franco se tornou um símbolo tão potente da luta antirracista, é imprescindível recorrer à obra de Silvio Almeida (2019), *Racismo Estrutural*. O autor demonstra que o racismo no Brasil não é anomalia, mas engrenagem estrutural das instituições. Segundo ele, “o racismo é uma norma, e não uma patologia social. Ele não é um desvio, mas a própria estrutura que orienta as relações econômicas, políticas e jurídicas no Brasil” (ALMEIDA, 2019, p. 34). Marielle representava uma ruptura nessa ordem normativa: seu ativismo denunciava as bases que sustentam a desigualdade racial no país.

Como sintetiza Almeida (2019, p. 89), “a resistência antirracista se dá justamente na capacidade de produzir narrativas e práticas que desestabilizam a ordem racial estabelecida”. Nesse sentido, a trajetória de Marielle configurava uma tríplice ameaça: como mulher negra em cargo público, como intelectual oriunda da periferia e como crítica contundente das milícias e da violência policial. Sua execução, portanto, não foi casual, mas funcional — como o próprio autor afirma: “A violência letal contra lideranças negras não é acidental, mas funcional —

elimina vozes que poderiam desarticular as estruturas de poder racializadas” (Almeida, 2019, p. 112).

O caso de Marielle Franco evidencia, de forma contundente, como o racismo estrutural opera na produção da morte e no apagamento político. Sua persistente ausência de justiça, a lentidão nas investigações e o tratamento protocolar dispensado ao caso reiteram a percepção de que vidas negras valem menos no Brasil. Ao transformar sua trajetória em verbo — *marielizar* —, os movimentos sociais desafiam essa lógica, transformando dor em política e ausência em potência coletiva. Assim, Marielle Franco tornou-se não apenas símbolo, mas fissura no sistema racista.

As mobilizações sociais e políticas após sua morte

As mobilizações sociais e políticas em torno da figura de Marielle Franco após sua execução revelam não apenas a indignação coletiva frente à brutalidade de sua morte, mas a transformação de sua trajetória em catalisador de ação política. Nesse contexto, destaca-se o conceito de “Marielizar”, que sintetiza a conversão de seu nome em verbo político, representando práticas inspiradas em seu legado de luta antirracista, feminista e popular. Essa noção emergiu com força particular no estado do Paraná, onde coletivos negros e mandatos progressistas passaram a adotá-la como princípio organizativo de sua atuação institucional e comunitária.

No plano institucional, “Marielizar” implicou a criação de novas trincheiras políticas. Exemplo disso foi a constituição da Frente Parlamentar em Defesa das Favelas e Respeito à Cidadania de seus Moradores, lançada na Assembleia Legislativa do Paraná com a participação da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, irmã de Marielle, em 2023. Trata-se de uma resposta política concreta à tentativa de silenciamento operada com o assassinato da vereadora, ao mesmo tempo que atualiza suas bandeiras em novos contextos legislativos.

Outra forma de mobilização expressiva é a reescrita da geografia urbana por meio da renomeação de ruas e espaços públicos com o nome de Marielle Franco. Um exemplo emblemático é a Escola Municipal Marielle Franco, localizada na favela da Maré, no Rio de Janeiro. Tais iniciativas não são apenas simbólicas: configuram-se como ações de memória ativa, que reivindicam a presença e a importância histórica das vidas negras, periféricas e femininas no espaço público.

Além disso, o nome de Marielle passou a denominar territórios de resistência popular, como o *Acampamento Marielle Vive!* — uma ocupação urbana iniciada em 2018, no Jardim Miriam, zona sul de São Paulo. O acampamento transformou sua homenagem em projeto político concreto, articulando moradia, agroecologia e formação política (MARINHO, 2023).

A mobilização coletiva também se expressou em grandes manifestações de rua, como a IV Marcha das Mulheres Negras de 2018, que ocorreu apenas quatro meses após o assassinato de Marielle. O ato reuniu milhares de pessoas na orla de Copacabana, no Rio de Janeiro, e converteu o luto em potência política. Conforme noticiado pelo G1 (MARCH, 2018), a marcha teve início na Praça Oswaldo Cruz e seguiu até o Posto 6, denunciando o genocídio da população negra e o feminicídio (DOLCE, 2018). Essas ações reverberam a análise de Fortes, Amaro e Amaral (2020), que observam que a destruição de Marielle evidencia

o descontentamento da elite brasileira e do conservadorismo à ascensão política e econômica de pessoas e de pautas que denunciam as desigualdades sociais e raciais, promovendo a escuta das especificidades de identidades historicamente apagadas, provenientes de camadas populares e submetidas ao silêncio (FORTES; AMARO; AMARAL, 2020, p. 12).

Nesse contexto, a morte de Marielle revelou a urgência de combater os mecanismos de violência que silenciam vozes dissidentes e perpetuam a opressão estrutural. Como analisa Souza (2020), o assassinato da vereadora e os protestos subsequentes configuram um “feminicídio político” — uma categoria que busca compreender as dimensões sociais e institucionais que tornam determinados corpos matáveis na arena pública:

Para tanto, objetivamos conceituar, caracterizar, denominar e classificar a inédita formulação da expressão ‘feminicídio político’, uma avaliação que se propõe compreender os elementos políticos e sociais que transformam a vereadora Marielle Franco, defensora intransigente dos direitos humanos, como um corpo matável na política brasileira (SOUZA, 2020, p. 121).

A internacionalização de sua memória também é digna de nota. Diversos países prestaram homenagens à vereadora, inscrevendo seu nome em espaços urbanos e acadêmicos. Entre os exemplos destacam-se: a inauguração do Jardim Marielle Franco em Paris (2019); a instalação de uma placa no metrô de Buenos Aires (2019); batismos de rua em Lisboa e Colônia; além de homenagens em universidades como a de Nova York. Esses marcos evidenciam a dimensão transnacional de seu legado, reconhecido como símbolo de resistência global (GELEDÉS, 2019; 2023).

No campo institucional, destaca-se o papel do Instituto Marielle Franco, fundado em 2019 por familiares e ativistas. Trata-se de uma organização da sociedade civil que atua em defesa dos direitos humanos, da justiça social e da equidade racial e de gênero. Dentre suas

principais ações, estão o apoio a candidaturas negras e periféricas, a incidência legislativa, a formação política e a produção de conhecimento. A pesquisa *Violência Política de Gênero e Raça no Brasil* (INSTITUTO, 2025), promovida pelo Instituto, é um exemplo do seu compromisso com a denúncia e enfrentamento das violações estruturais no campo político, especialmente contra mulheres negras. Com base na Lei n.º 14.192/2021, a pesquisa sistematiza dados sobre discriminação, assédio, ameaças e homicídios, expondo a extrema vulnerabilidade das mulheres negras na esfera pública e apontando caminhos de enfrentamento.

O legado de Marielle também se enraizou em iniciativas populares no estado do Paraná. O *Espaço Marielle Vive*, inaugurado durante as mobilizações contra a prisão do presidente Lula em 2018, tornou-se um centro de formação política e cultural. Localizado em Curitiba, o espaço abriga debates, oficinas e atividades culturais, funcionando como ponto de encontro entre militância política, ação pedagógica e memória coletiva (CARTA CAPITAL, 2019). Do mesmo modo, em março de 2019, camponeses do assentamento Valmir Mota, em Cascavel (PR), batizaram uma das ruas com o nome da vereadora, em cerimônia realizada com estudantes das escolas *Aprendendo com a Terra e com a Vida e Zumbi dos Palmares* (MARINHO, 2023). Esses atos demonstram a potência mobilizadora de sua figura na articulação entre memória, território e organização popular.

Como analisam Rodrigues e Vieira (2020), o luto público por Marielle opera como um elo de formação comunitária e mobilização coletiva:

Buscamos argumentar neste artigo que o luto público por Marielle Franco funcionou e continua funcionando como um fundamento negativo para criar laços de identificação entre todos e todas aqueles que reconhecem e compartilham valores representados por Marielle Franco (RODRIGUES; VIEIRA, 2020, p. 146).

A partir da perspectiva butleriana, o luto, longe de ser um processo individual de sofrimento, torna-se ato político e forma de resistência. Essa comunidade da dor encontra coesão na busca por justiça social e na contestação das estruturas de poder.

Em síntese, a morte de Marielle Franco desencadeou um conjunto expressivo de mobilizações que se desdobram em múltiplos planos — simbólico, político, institucional e internacional. O verbo “Marielizar” sintetiza essa transformação do luto em luta, da memória em ação. A resistência que se ergueu em seu nome evidencia que sua trajetória não se encerrou com sua morte: ao contrário, multiplicou-se em frentes de atuação política, redes de solidariedade e espaços de enfrentamento das opressões.

A disputa de memória: quem quer esquecer Marielle e por quê?

A memória de Marielle Franco tornou-se, desde o seu assassinato, objeto de intensa disputa no campo político e simbólico brasileiro. A tentativa de apagamento da sua trajetória e do conteúdo político que ela representava reflete não uma negligência casual, mas uma estratégia deliberada de silenciamento e desmobilização. Como argumenta Andréa Franco Lima e Silva (2019), a morte violenta e prematura da vereadora Marielle Franco é vista, ao mesmo tempo, como uma tentativa de interrupção brusca de um projeto político insurgente, e como o germen de uma ação político-institucional inovadora. Marielle, ao dar voz e corpo à população negra — sobretudo às mulheres negras — silenciadas nos espaços institucionais de poder, representava uma ameaça real à ordem estabelecida (SILVA, 2019, p. 55–56).

Esse silenciamento não se restringe ao ato da execução física, mas se desdobra em mecanismos políticos, institucionais e discursivos que buscam esvaziar, neutralizar ou apagar seu legado. Um desses mecanismos é o esquecimento proposital, que se configura na lentidão das investigações, na ausência de responsabilização dos mandantes, no sigilo imposto à apuração do crime e na espetacularização midiática sem aprofundamento político. Conforme relata Silva (2019),

O Ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou [...] que um ‘complô’ tem impedido a devida apuração do crime e que interesses que envolvem agentes públicos, milícias, políticos, não querem e impedem que se chegue aos mandantes do crime (Silva, 2019, p. 54-55).

Essa declaração reforça a tese de que o assassinato foi encomendado por setores poderosos e que há um esforço conjunto para impedir que a verdade venha à tona.

A obra *Memória, Esquecimento e Silêncio*, de Michael Pollak (1989), oferece um arcabouço teórico fundamental para compreender esse apagamento como parte de uma disputa de narrativas. Pollak distingue entre memória oficial — aquela promovida por instituições dominantes — e as memórias subterrâneas — preservadas por grupos marginalizados. No caso de Marielle, a memória oficial tratou seu assassinato como um crime comum no Rio de Janeiro, sem explorar suas implicações políticas e estruturais, o que revela um esforço de despolitização (POLLAK, 1989). Por outro lado, movimentos negros, feministas e periféricos insurgem como produtores de uma memória subterrânea que transforma Marielle em símbolo de resistência: “Marielle vive” é um enunciado que desafia a narrativa oficial e mantém viva sua trajetória política.

Pollak também aponta o silêncio como um ato político estratégico. No caso de Marielle, esse silêncio se expressa na desinvestigação do crime e no sigilo imposto aos dados do inquérito, que foram proibidos de ser divulgados pela Rede Globo (SILVA, 2019, p. 55). Tal

estratégia é também reforçada pela cobertura midiática que, após breve comoção, passou a tratar o assassinato como mais um evento de violência urbana, marginalizando suas implicações raciais, de gênero e de classe. Ainda segundo Pollak, há uma “memória enquadrada” — uma versão domesticada da história — que transforma Marielle em mártir ou heroína, esvaziando o conteúdo radical de seu ativismo antirracista, feminista e antiproibicionista. Essa cooptação simbólica resulta em “monumentos vazios” — homenagens despolitizadas, como ruas ou estátuas, que não se conectam com políticas públicas transformadoras (POLLAK, 1989).

Michel Foucault (2013), por sua vez, em *A Arqueologia do Saber*, oferece outra perspectiva essencial: o discurso é uma prática regulada que define o que pode ou não ser dito. O esquecimento de Marielle opera, nesse sentido, como tecnologia de poder, que exclui certos enunciados e privilegia outros. A cobertura midiática enquadrrou seu assassinato no discurso da “violência urbana”, excluindo seu caráter político. A interdição discursiva — evidenciada pela falta de respostas sobre os mandantes e pela ausência de responsabilização — revela uma violência epistêmica que busca manter as hierarquias sociais e raciais intactas (FOUCAULT, 2013).

Foucault destaca também o papel do arquivo como dispositivo de poder: ele regula o que é legítimo lembrar. O apagamento institucional de Marielle — a exclusão de seu nome de registros oficiais, a despolitização de sua figura e a apropriação simbólica sem prática transformadora — ilustra essa política do não-dito. Contra isso, coletivos negros, feministas e periféricos constroem contra-arquivos: produzem livros, documentários, ações parlamentares coletivas e mobilizações sociais que reafirmam seu legado político. Assim, sua memória “persiste como acontecimento discursivo que desafia o poder” (FOUCAULT, 2013, p. 158).

A ideia de esquecimento como instrumento de controle racial é reforçada por Abdias do Nascimento em *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978). Nascimento define o genocídio não apenas como extermínio físico, mas como destruição de instituições políticas, culturais e simbólicas da população negra.

O assassinato de Marielle, seguido do esforço de silenciamento institucional e apagamento simbólico, representa esse projeto genocida atualizado: uma violência que não termina com a morte, mas continua com a negação de sua agência histórica. O autor também critica o mito da democracia racial — que naturaliza a exclusão e legitima o silêncio institucional —, e denuncia a hipocrisia de um sistema que usa o esquecimento como ferramenta de manutenção do poder (NASCIMENTO, 1978, p. 2; 41-47).

O silenciamento de Marielle se inscreve, portanto, numa longa tradição de apagamento da memória política negra no Brasil. A tentativa de esquecê-la interessa a setores do Estado, milícias, elites econômicas e mídia corporativa, todos comprometidos com a manutenção da ordem patriarcal, racista e neoliberal. Marielle representava um enfrentamento direto a essas estruturas, ao denunciar a violência policial nas favelas, criticar duramente a intervenção federal no Rio de Janeiro — Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018 — e se posicionar contra o avanço das milícias (SILVA, 2020, p. 54-55).

Por fim, como destaca a própria Silva (2020), “o esquecimento de Marielle não é um acidente, mas uma estratégia de controle político”. Sua morte intimidou outras lideranças negras e periféricas que ousam desafiar o status quo. No entanto, a resistência dos movimentos sociais tem transformado seu nome em um símbolo de luta coletiva. Como afirma Marina Rossi, citada por Silva: “Quando dizem que Marielle virou semente, é muito real” (SILVA, 2020, p. 69). Sua memória desafia diariamente o poder que tentou enterrá-la, e sua figura ressurge, não como mártir passiva, mas como força ativa de mobilização popular.

Marielle como semente: o aumento de candidaturas negras e femininas nas eleições seguintes

A participação de pessoas negras na política institucional brasileira tem crescido nas últimas décadas, especialmente após o assassinato de Marielle Franco, que se tornou símbolo de uma luta interseccional por representatividade, justiça racial e de gênero. No entanto, o aumento de candidaturas negras não se traduz automaticamente em representação efetiva, pois esbarra em diversas barreiras estruturais que limitam a entrada e permanência dessas vozes nos espaços de poder.

Segundo Santos (2023), as candidaturas negras, sobretudo femininas, enfrentam múltiplas camadas de exclusão. “Nas eleições de 2020, as mulheres representaram apenas 16% das eleitas para o cargo de vereadoras. Dessas, apenas 6,3% eram negras” (SANTOS, 2023, p. 5; SANTOS, 2023b). A autora mostra que mulheres negras ocupam posição marginalizada na política, mesmo representando significativa parcela da população brasileira.

Mesmo inseridas na política partidária formal, mulheres negras enfrentam resistência em mesas diretivas, frequentemente ocupando cargos de baixo escalão sem oportunidades de destaque (SANTOS, 2023, p. 5). A violência política de gênero, caracterizada por assédio, constrangimento, humilhação, perseguição ou ameaça com menosprezo ou discriminação em

relação a gênero, cor, raça ou etnia, é outra barreira significativa (BRASIL, 2022b apud SANTOS, 2023, p. 6; SANTOS, 2023b).

Em sua análise, Santos (2023b) destaca a persistência de um sistema político estruturado por lógicas patriarcais e racistas, que dificultam o acesso dessas mulheres a recursos financeiros, tempo de propaganda e apoio partidário. Essa desigualdade reflete uma herança histórica que combina exclusão de classe, raça e gênero.

Essa realidade é confirmada por Almeida e Machado (2021), que analisam as eleições municipais de 2020 e apontam que, embora tenha havido um aumento no número de candidaturas negras, esse crescimento não foi acompanhado de mudanças estruturais na distribuição dos recursos do fundo eleitoral e partidário. Essa sub-representação se evidencia nos dados de representatividade no Congresso Nacional, onde mulheres que se declaram pretas ou pardas ocupam apenas 2,5% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 1,2% no Senado Federal. As autoras demonstram como candidaturas negras, em especial de mulheres negras, receberam proporcionalmente menos financiamento, o que compromete suas chances de êxito eleitoral (ALMEIDA; MACHADO, 2021, p. 399).

A escassez de apoio institucional também se expressa nas experiências narradas por Vielmo, Conceição e Silva (2021). As autoras relatam as estratégias de resistência adotadas por mulheres negras candidatas em 2020, como o uso de redes de apoio comunitárias, campanhas colaborativas e fortalecimento de identidades políticas negras. Ainda que o sistema político as mantenha à margem, essas candidaturas constroem espaços de enfrentamento e transformação. (VIELMO; CONCEIÇÃO; SILVA, 2021, p. 279).

Elas também elencam que “o número de músicas produzidas tendo um viés de denúncia aumentou [...] o rap tem sido a voz predominante quando traz a memória de Marielle” (VIELMO et al., 2021, p. 280) evidenciando a potência política que emerge mesmo diante da precarização. Elas também analisam três atos públicos realizados em Barreiras (BA) em memória de Marielle Franco, que demonstram como seu legado reverbera nas ruas e na formação política local. O Ato 1, em 2018, reuniu militantes na Praça Castro Alves com cartazes e panfletos; o Ato 3, na UNEB, promoveu debates entre estudantes que se reconheceram nas pautas defendidas por Marielle.

Já o Ato 2, realizado em 2019, contou com menor adesão e expôs a hostilidade do cenário político após a ascensão da extrema-direita, marcada por “olhares e comentários maldosos [...] ficando explícito os ataques que a esquerda vem sofrendo” (VIELMO; CONCEIÇÃO; MORAIS, 2020, p. 278). A falta de continuidade dos movimentos, reflete

desafios estruturais, como a fragmentação política e o avanço conservador (VIELMO; CONCEIÇÃO; MORAIS, 2020, p. 277).

A análise de Cleber Lúcio de Almeida et al. (2023) contribui para a compreensão das desigualdades estruturais que operam no interior do sistema eleitoral. A pesquisa revela que as candidaturas negras, sobretudo femininas, continuam sendo subfinanciadas, sub-representadas e silenciadas dentro dos próprios partidos. Nas eleições de 2018, as mulheres negras eram 2,5% dos deputados federais e 4,8% dos estaduais (ALMEIDA et al., 2023, p. 23).

Já nas eleições de 2022, apesar de 52,65% do eleitorado ser feminino, apenas 5% das cadeiras legislativas foram ocupadas por mulheres negras (ALMEIDA et al., 2023, p. 24). “Os números [...] deixam claro que não estão sendo criadas as condições necessárias para a efetiva participação das mulheres negras” (ALMEIDA et al., 2023, p. 27). Os autores argumentam que a sub-representação negra na política é produto de um pacto institucional que reproduz privilégios brancos e masculinos (ALMEIDA et al., 2023, p. 21) ainda que os partidos se declarem comprometidos com a diversidade. A ausência de mecanismos de metas vinculantes de equidade reforça esse cenário de exclusão.

O artigo destaca casos como os de Suéllen Rosim (Bauru) e Ana Lúcia Martins (Joinville), vítimas de ataques racistas após serem eleitas (ALMEIDA et al., 2023, p. 28) e declarações falsas de raça, visto que em 2022, 1/3 dos candidatos “negros” eleitos já se declararam brancos em pleitos anteriores (ALMEIDA et al., 2023, p. 26). “Permitir a presença das mulheres negras [...] não é suficiente. É necessário que exerçam seu 'poder de desacreditar' as definições impostas” (ALMEIDA et al., 2023, p. 30, citando bell hooks) e “Empoderar politicamente as mulheres negras é fortalecer a própria democracia” (ALMEIDA et al., 2023, p. 32).

A representatividade política de mulheres negras no Brasil, embora crescente, ainda enfrenta significativas barreiras estruturais. Conforme Almeida et al. (2023, p. 30), apenas permitir a presença dessas mulheres nos espaços de poder não é o bastante; é crucial que elas exerçam seu “poder de desacreditar” as definições impostas, questionando as lógicas patriarcais e racistas que persistem no sistema político. Essa perspectiva, inspirada em Bell Hooks, ressalta a necessidade de uma atuação transformadora que vá além da mera ocupação de cargos, desafiando as normas estabelecidas e promovendo uma mudança efetiva.

Nesse sentido, Almeida et al. (2023, p. 32) argumentam que “empoderar politicamente as mulheres negras é fortalecer a própria democracia”. Essa afirmação sublinha a intrínseca ligação entre a inclusão e o fortalecimento da participação política das mulheres negras e a

consolidação de um sistema democrático mais justo e representativo. Ao superar as barreiras de subfinanciamento, sub-representação e violência política, e ao permitir que suas vozes e perspectivas sejam ouvidas e valorizadas, contribui-se para uma democracia mais plural e equitativa.

Destacam que um dos maiores desafios atuais é combater o que denominam de “encriptação do poder” — conceito que descreve a forma como as estruturas políticas e institucionais concentram o poder decisório nas mãos de uma elite branca, masculina e economicamente privilegiada, ocultando essa concentração sob a aparência de neutralidade e universalidade (ALMEIDA et al., 2023, p. 27). A encriptação impede o acesso efetivo de vozes historicamente subalternizadas aos espaços de decisão e mantém intactas as desigualdades estruturais no sistema democrático brasileiro.

Já o relatório do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2024) traz dados de que apenas 1,1% das vereadoras eleitas são mulheres pretas (626 em 58.439 cadeiras), e 6,4% são pardas (INESC, 2024, p. 14). Para cada mulher preta eleita, houve 26 candidatas (taxa de sucesso de 3,8%), enquanto homens brancos tiveram 22,1% de êxito (INESC, 2024, p. 7). Prefeitas negras são apenas 0,4% do total (20 mulheres pretas eleitas) (INESC, 2024, p. 20).

Falando de avanços, o INESC apresentou dados atualizados que confirmam a manutenção das desigualdades na distribuição dos recursos do Fundo Eleitoral. Houve aumento de 0,2% na eleição de mulheres negras em relação a 2020 (INESC, 2024, p. 7), mas elas seguem subfinanciadas: receberam apenas 5,7% dos recursos em 2018.

O relatório apresenta também dados sobre as candidaturas coletivas enquanto herança de Marielle Franco, 76,5% das candidaturas coletivas eleitas são de esquerda (INESC, 2024, p. 29), modelo que Marielle ajudou a fortalecer. No entanto, houve queda de 30% nessas candidaturas em 2024, indicando desafios para inovações democráticas. E o cenário ideológico em que essas candidaturas se encontram, 57,7% dos eleitos são de direita, contra 18,5% de esquerda (INESC, 2024, p. 11). A direita domina até em capitais com prefeitos de esquerda (INESC, 2024, p. 24), o que dificulta políticas progressistas como as defendidas por Marielle.

Além disso, partidos que receberam os maiores volumes de recursos públicos destinaram apenas uma pequena fração para candidaturas negras, muitas vezes apenas para cumprir o mínimo exigido por lei. O INESC denuncia que a autodeclaração racial, sem mecanismos de verificação e transparência, permite manipulações que burlam a política de cotas raciais nas candidaturas (INESC, 2024, p. 3).

A pesquisa confirma que as “sementes” plantadas por Marielle — como a luta por representação negra e feminista — ainda germinam em meio a um solo árido. Apesar de avanços simbólicos, a estrutura política brasileira permanece excludente, com barreiras interseccionais (raça, gênero, classe), falta de recursos para candidaturas negras e violência política contra mulheres negras eleitas.

Marielle simboliza a resistência, mas sua efetividade depende de medidas concretas, como cotas interseccionais, financiamento equitativo e proteção às candidatas. Visto que em 2024, 82,1% dos eleitos são homens, e 54,6% são brancos (INESC, 2024, p. 6) — um retrato da colonização do poder que Marielle combatia. Enquanto a democracia não for de “alta intensidade” para mulheres negras, seu legado seguirá sendo uma luta inacabada.

Dessa forma, ainda que o legado de Marielle Franco tenha impulsionado o surgimento de novas candidaturas negras e femininas, esse florescimento enfrenta obstáculos profundos e persistentes que revelam as contradições da democracia brasileira. A simbologia de Marielle como “semente” aponta para a potência de transformação coletiva, mas também denuncia um sistema político que resiste a essa mudança, perpetuando desigualdades estruturais.

As candidaturas inspiradas em sua trajetória carregam um projeto político que não se limita à presença, mas exige redistribuição de poder, justiça racial e paridade de condições. O desafio que se impõe, portanto, é converter a memória de Marielle em políticas institucionais efetivas que garantam não apenas o direito de se candidatar, mas também o de ocupar e decidir, em pé de igualdade, os rumos do país.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo central investigar como a figura de Marielle Franco se transformou em símbolo de resistência política e social no Brasil e no mundo, a partir de sua trajetória como mulher negra, favelada, LGBTQIA+ e militante dos direitos humanos, brutalmente interrompida por seu assassinato político em 2018. Na introdução, apresentamos as principais questões que nortearam a pesquisa: como Marielle Franco se tornou um símbolo nacional e internacional? Quem tenta apagar sua memória e por quê? E quais sementes ela deixou na política brasileira?

A partir da análise das disputas em torno de sua memória e do impacto político gerado por sua atuação e morte, foi possível concluir que o problema de pesquisa foi satisfatoriamente respondido. O estudo evidenciou que a construção simbólica de Marielle ocorre por meio de

três dimensões complementares: o processo de memorialização nacional e internacional, a disputa política por sua lembrança e silenciamento, e, por fim, os desdobramentos concretos de sua atuação, sobretudo no incentivo a candidaturas negras, femininas e de outras minorias políticas.

As hipóteses da pesquisa — que Marielle se tornou símbolo não apenas pelo que representava em vida, mas pelo que sua ausência provocou no campo político — foram confirmadas. Além disso, a análise mostrou que sua morte mobilizou redes sociais, instituições internacionais e movimentos populares em torno da defesa de direitos e da valorização da diversidade na política institucional.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, novos problemas emergiram. Em especial, a necessidade de aprofundar os estudos sobre os mecanismos institucionais e midiáticos que operam o silenciamento seletivo de figuras políticas dissidentes. Essa lacuna abre possibilidades para investigações futuras sobre como se dá a disputa de memória em contextos de crescente autoritarismo e violência política de gênero e raça. Entre os principais resultados, destacam-se:

- a. A consolidação de Marielle como símbolo global de resistência, com homenagens em dezenas de países e sua imagem presente em atos e discursos por justiça social;
- b. A constatação de que sua memória é alvo de disputa: setores conservadores tentam silenciá-la, apagando placas, questionando sua trajetória e buscando desvinculá-la de causas populares;
- c. O crescimento significativo de candidaturas negras e femininas nas eleições de 2020 e 2022, muitas das quais se referem diretamente a Marielle como inspiração e legado político. Segundo dados apresentados ao longo do artigo, a presença de mulheres negras na política municipal e federal aumentou consideravelmente após sua morte, indicando que, como dizem os movimentos sociais, “Marielle virou semente”.

As análises quantitativas incluídas na seção “Marielle como semente” demonstraram esse crescimento, com base em fontes como o INESC (2024) e pesquisas acadêmicas que apontam para uma tendência de maior mobilização e organização coletiva de mulheres negras no campo eleitoral. Conclui-se, portanto, que a figura de Marielle Franco transcendeu sua atuação parlamentar para se tornar símbolo de uma luta coletiva por justiça social, igualdade racial e política representativa. Sua memória resiste, floresce e continua a mobilizar afetos,

corpos e ideias em direção a um projeto de sociedade mais justo e democrático com a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor; CARDOSO, Rafael. Ronnie e Élcio são condenados por assassinar Marielle e Anderson. Agência Brasil, [S. l.], 31 out. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-10/ronnie-e-elcio-sao-condenados-por-assassinar-marielle-e-anderson>. Acesso em: 29 abr. 2025.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.

ALMEIDA, Cleber Lúcio de et al. A política de ações afirmativas para candidaturas negras: elementos para a superação da sub-representação racial no Brasil. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, XXIX Congresso Nacional, v. 8, n. 2, p. 19–34, jul./dez. 2023.

ALMEIDA, Jéssica Teles de; MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. Gênero, raça e participação política da mulher negra: da visibilização à inclusão. **Revista Direito Público – RDP**, Brasília, v. 18, n. 98, p. 397–421, abr./jun. 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

BERTI, Rafaela. Violência política de gênero e interseccionalidade: desafios para a participação política de mulheres negras. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 33, p. 43–65, 2020.

BIAR, Liana de Andrade; PASCHOAL, Fabiola Valle das Chagas. “(NÃO) LEIA OS COMENTÁRIOS”: a disputa da notícia sobre o assassinato de Marielle Franco. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S.L.], v. 59, n. 2, p. 1051-1069, ago. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/01031813679571620200330>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Pólen, 2020.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania no Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo e sexismo na sociedade brasileira**. São Paulo: Editora N-1, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: GONZALEZ, Lélia (Org.). **Movimento negro: textos fundamentais**. São Paulo: Oralituras, 2020. p. 95-108. [Texto original de 2003.]

CARRANO, Pedro. Como a ocupação Marielle, no Paraná, conquistou o direito de existir sem ameaça de despejo. **Brasil de Fato**, 13 fev. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/13/como-a-ocupacao-marielle-no-parana-conquistou-o-direito-de-existir-sem-ameaca-de-despejo/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CARTA CAPITAL. Marielle Franco. Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/tag/marielle-franco/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CASO Marielle: Mortes, destruição de provas e falsas denúncias marcaram os seis anos de investigação do crime. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 mar. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/03/24/caso-marielle-mortes-destruicao-de-provas-e-falsas-denuncias-marcaram-os-seis-anos-de-investigacao-do-crime.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CASO Marielle: Ronnie Lessa é condenado por destruição de provas. **VEJA**, [S. l.], 10 jul. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/caso-marielle-ronnie-lessa-e-condenado-por-destruicao-de-provas>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CLIVERY, Elisa; LIMA, Kevin; BARBIÉRI, Luiz Felipe. Cassação pela Mesa Diretora da Câmara, e não pelo plenário, livra Chiquinho Brazão de ficar inelegível; entenda a regra. G1, Brasília, 25 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/04/25/cassacao-pela-mesa-diretora-da-camara-e-nao-pelo-plenario-livra-chiquinho-brazao-de-ficar-inelegivel-entenda-a-regra.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Dana Buarque. São Paulo: Boitempo, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: CRENSHAW, Kimberlé et al. **Feminismo negro: textos fundamentais**. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 149-163. [Texto original de 2002.]

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color**. Stanford Law Review, v. 43, p. 1241-1299, 2002.

DARTORA, Carol. Site oficial da deputada federal Carol Dartora. Disponível em: <https://caroldartora.com.br/>. Acesso em: 1 mai. 2025.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

DINIZ, Débora. **Zika: do sertão nordestino à ameaça global**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2021.

DOLCE, Júlia. Mulheres negras marcham em SP contra Estado genocida. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 jul. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/25/mulheres-negras-marcham-em-sp-contra-estado-genocida>. Acesso em: 25 abr. 2025.

FERREIRA, Lola. O ano de Marielle Franco na presidência da Comissão da Mulher do Rio de Janeiro. **Gênero e Número**, [S. l.], 13 jun. 2018. Disponível em:

<https://www.generonumero.media/reportagens/o-ano-de-marielle-franco-na-presidencia-da-comissao-da-mulher-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

FORTES, Carine Ortiz; AMARO, Taina Valente; AMARAL, Marcel. Marielle Franco: análise da necropolítica e dos processos de extermínios no Brasil. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 13, n. 3, p. 8-19, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2020.v13.n3.a643>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 30 de abr. 2025.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FREIRE, Felipe; BRASIL, Márcia; MARTINS, Marco Antônio; LEITÃO, Leslie. Assassinos de Marielle, Ronnie Lessa e Élcio Queiroz são condenados pelo Tribunal do Júri. **G1**, [S. l.], 31 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/10/31/assassinos-de-marielle-ronnie-lessa-e-elcio-queiroz-sao-condenados.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2025.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O DUPLO ANIQUILAMENTO DE MARIELLE FRANCO: fake news como estratégia para liquidar o inimigo. **Revista Mediação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 30, p. 23-41, 2020. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/7558>. Acesso em: 29 abr. 2025.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. Ministério da Igualdade Racial propõe Dia Nacional Marielle Franco de Combate à Violência Política de Gênero e Raça. **Geledés**, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ministerio-da-igualdade-racial-propoe-dia-nacional-marielle-franco-de-combate-a-violencia-politica-de-genero-e-raca/>. Acesso em: 1 maio 2025.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. Marielle Franco será homenageada na maior universidade de Nova York. **Geledés**, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/marielle-franco-sera-homenageada-na-maior-universidade-de-nova-york/>. Acesso em: 1 maio 2025.

GONÇALVES, João Ricardo; LEITÃO, Leslie; ARAÚJO, Marina; TEIXEIRA, Patricia. Vereadora do PSOL, Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 14 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020. p. 73-90.

GONZALEZ, Lélia. **O lugar da mulher negra no Brasil: da história à luta política**. São Paulo: Editora N-1, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MARCHA das mulheres negras leva milhares de pessoas à orla de Copacabana no Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 29 jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/07/29/marcha-das-mulheres-negras-leva-milhares-de-pessoas-a-orla-de-copacabana-no-rio.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MORAIS, Fernanda Lima. “Ato 2” e o recrudescimento da hostilidade política após 2019. In: **Percepções sobre os novos tempos políticos no Brasil**. São Paulo: 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-42, 1988.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. 1989.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo>. Acesso em: 07 maio 2025.

INESC. Perfil dos eleitos 1º e 2º turnos. Brasília, DF: INESC, set. 2024. Disponível em: <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/11/inesc-2024-perfil-dos-eleitos-1e2turnos.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2025.

INSTITUTO Marielle denuncia ‘manobra’ em perda de mandato de Brazão com manutenção de direitos políticos. **Brasil de Fato**, [S. l.], 25 abr. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/04/26/instituto-marielle-denuncia-manobra-em-perda-de-mandato-de-brazao-com-manutencao-de-direitos-politicos/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. Violência política de gênero e raça no Brasil: dois anos da Lei 14.192/2021. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2023. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org/baixe-a-pesquisa2023>. Acesso em: 2 maio 2025.

SANTOS, Tainá de Paula dos. *Entre o racismo político e a violência institucional: desafios das mulheres negras na política brasileira*. Brasília, DF: Instituto Alziras, 2023.

SANTOS, V. O. Lemos dos. O legado de Marielle Franco na formação política de mulheres negras. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp. 1, e023009, 2023b.

MARINHO, Gustavo. Sementes de Marielle florescem na luta pela terra nos acampamentos do MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 14 mar. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/14/sementes-de-marielle-florescem-na-luta-pela-terra-nos-acampamentos-do-mst/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Monitoramento de crimes de racismo denunciados no Paraná. MPPR, 29 out. 2024. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/direito/Noticia/Monitoramento-de-Crimes-de-Racismos-Denunciados-no-Parana>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MORAIS, Fernanda Lima. “Ato 2” e o recrudescimento da hostilidade política após 2019. In: *Percepções sobre os novos tempos políticos no Brasil*. São Paulo: 2020.

MUNANGA, Kabengele. **A construção da identidade nacional no Brasil**: um estudo sobre o negro no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. 1978.

NASCIMENTO, Rafael. Quem são os suspeitos de mandar matar Marielle. **G1**, Rio de Janeiro, 24 mar. 2024. Disponível em: g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/03/24/quem-sao-os-suspeitos-de-mandar-matar-marielle.ghtml. Acesso em: 29 abr. 2025

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. 1989.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2017.

RIBEIRO, Luana. Violência política de gênero e raça: o caso Marielle Franco. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 1, p. 1-18, 2021.

ROCHA, Lia de Mattos. A vida e as lutas de Marielle Franco. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p. 274-280, 16 jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2018.39439>. Acesso em: 29 abr. 2025.

RODRIGUES, Carla; VIEIRA, Tássia Áquila. A função política do luto por Marielle Franco. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 134–150, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/35003>. Acesso em: 16 abr. 2025.

RONNIE Lessa e Élcio de Queiroz: quem são os ex-policiais condenados pelo assassinato de Marielle e Anderson. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 out. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/10/31/ronnie-lessa-e-elcio-de-queiroz-quem-sao-os-ex-policiais-condenados-pelo-assassinato-de-marielle-e-anderson.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SILVA, Andrea Franco Lima e. “Marielle virou semente”: representatividade e os novos modos de interação política da mulher negra nos espaços institucionais de poder. **Sociologias Plurais**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2019. DOI: 10.5380/scplpr.v5i1.68214. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/view/68214>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SOUZA, Renata. Femicídio político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 119–133, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/42037>. Acesso em: 20 abr. 2025.

TERRA DE DIREITOS. Violência política de gênero no Brasil: entre avanços formais e retrocessos democráticos. Curitiba: ONG Terra de Direitos, 2021. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br>. Acesso em: 07 maio 2025.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. **Demografia das candidaturas**: dados de 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 12 mar. 2020.

VIELMO, Paula; CONCEIÇÃO, Indiara de Souza; SILVA, Raycá da. Sementes de Marielle no Cerrado Baiano. In: INESC (Org.). **Sementes de Marielle Franco**: mulheres negras na política. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, 2021. p. 31–46.

Recebido em: 8 maio 2025.

Aceito em: 6 junho.